

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS**

LAURA GRAU FRIEDRICH

EVIDENCIAÇÃO DE ATIVOS INTANGÍVEIS

Projeto para o Trabalho de Conclusão que será apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

Orientadora: Profa. Dra. Fernanda Victor

PORTO ALEGRE

2014

RESUMO:

Os ativos intangíveis estão se tornando cada vez mais importantes na contabilidade devido às alterações da lei 11.638/07, que incluiu esse grupo na estrutura do balanço patrimonial. Diante disso, o objetivo desse trabalho é verificar se as empresas que possuem maior proporção de ativos intangíveis em relação ao seu ativo total estão divulgando as informações conforme o CPC 04 – Ativo Intangível. Para isso, foram selecionadas 21 empresas listadas na BMF&Bovespa e analisada a Nota Explicativa que trata do ativo intangível. Adicionalmente, buscou-se relacionar o setor que a empresa atua com a tipologia do ativo intangível. Dessa forma, pode-se averiguar que o ágio e as concessões são os principais ativos intangíveis registrados nos Balanços Patrimoniais de Companhias Abertas Brasileiras e que a divulgação de tais ativos está sendo feita em observância aos critérios de divulgação estabelecidos no CPC04 – Ativo Intangível, embora muitas vezes a divulgação da informação obrigatória por lei não garanta qualidade das informações evidenciadas.

Palavras Chaves: Ativo Intangível, CPC, Evidenciação.

ABSTRACT:

Intangible assets are becoming increasingly important in the accounts due to the changes of Law 11.638 / 07, which included this group in the balance sheet structure. Thus, the aim of this study is to verify that companies with a higher proportion of intangible assets in relation to its total assets that disclosing information in accordance with CPC 04 - Intangible Assets. For this study 21 listed Companies on BMF&Bovespa were selected and analyzed the notes to financial statements which deals with intangible assets. Additionally, these Companies were sought to relate the industry that the company operates with the intangible asset type. Thus, were determined that goodwill and concessions are intangible assets recorded in the main Public Company Balance Sheets Brazilian and that disclosure of such assets is being made in compliance with the criteria for disclosure established in CPC04 - Intangible Assets, although often the disclosure of the information required by law does not guarantee quality of the information highlighted.

Key Words: Intangible Assets, CPC, Disclosure

1. INTRODUÇÃO

A contabilidade, nos últimos anos, passou por uma grande transformação. A alteração da lei 11.638/07 teve grandes impactos no balanço patrimonial das empresas. Uma das novidades trazidas pela alteração da lei foi a inclusão do grupo de ativos intangíveis. Essa mudança, entre outras, deve-se ao fato da conversão das normas internacionais de contabilidade.

Assim, pode-se perceber que a sociedade foi um dos principais aspectos que influenciam as mudanças ocorridas na contabilidade. Sobre isso, Silva, Duque e Alves (2012, P.69) citam que “os avanços tecnológicos sempre acionam mudanças na sociedade, a curto e médio prazo, carreando impactos significativos em seus cenários representativos. Passamos da era industrial para a era da informação ou do conhecimento e, nesse cenário, a Ciência Contábil acusa o impacto e se utiliza de arsenal tecnológico disponível para cumprir sua missão técnica e social”.

Ainda sobre a influência da sociedade na contabilidade, Nascimento et al (2012, P.48) cita que “as empresas buscam sempre se destacarem de seus concorrentes, desejando obter maior rentabilidade e lucratividade. O estudo sobre ativos intangíveis vem se destacando, principalmente, por causa das crescentes valorizações de empresas no mercado. Contudo, os ativos intangíveis exercem papéis diferenciados em cada empresa, dependendo de uma série de fatores, entre os quais seu setor de atuação, o posicionamento estratégico e a eficácia de sua estratégia”.

Diante disso, percebe-se que o ativo intangível, objeto desse estudo, possui um papel importante e estratégico dentro das empresas. Além disso, espera-se que, conforme a necessidade que a empresa possui frente a sua atividade econômica, ela possa contar com uma participação maior ou menor dos ativos intangíveis em sua estrutura patrimonial.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Dessa forma, surge a seguinte questão problema: “Quais as características dos ativos intangíveis, conforme o setor que a empresa está inserida, e como as empresas estão o evidenciando? ”

1.2 OBJETIVO

O objetivo da pesquisa está dividido em objetivo geral e objetivo específico.

1.2.1 OBJETIVO GERAL

O objetivo deste trabalho é verificar não só a natureza dos ativos intangíveis, como também a sua segregação em relação aos diversos setores da economia brasileira.

1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Juntamente com o objetivo geral, este trabalho busca:

- Verificar a participação dos ativos intangíveis na estrutura patrimonial das Companhias Abertas brasileiras listadas na BM&FBovespa, identificando os setores nos quais ela se mostra mais representativa;
- Analisar a aderência da divulgação dos ativos intangíveis ao disposto no CPC 04 – Ativo Intangível;
- Avaliar a existência de características setoriais na tipologia dos ativos intangíveis divulgados pelas empresas.

1.3 JUSTIFICATIVA

Os ativos intangíveis estão cada vez mais sendo estudados. Isso ocorre devido ao fato dos mesmos não estarem mais apenas relacionados a marcas, patentes, *software*, obras de arte. Atualmente, as empresas também estão entendendo como intangível a confiança e credibilidade que é construída com o seu cliente, bem como o conhecimento que ela possui e desenvolve. Porém, existem intangíveis que não podem ser registrados na contabilidade, como é o caso da confiança. Percebe-se que cada vez mais está surgindo novas percepções acerca desta conta contábil, exigindo assim que os profissionais da área de contabilidade estejam atentos.

Sobre isso, deve-se salientar a importância dos estudos para os acadêmicos. É nas universidades que os estudos sobre contabilidade são abordados, discutidos e desenvolvidos entre professores e alunos, sendo uma das principais fontes de conhecimento. Dessa forma, percebe-se a importância de seja discutido os temas e que

eles estejam conforme as normas atuais, visto que a contabilidade está em transformação. Corroborando com isso, Silvia, Duque e Alves (2012, P. 69) citam que

“embora o fenômeno ativo intangível, objeto deste estudo, não traga o rótulo de novo processo dentro dessa Ciência, ele vem conquistando notoriedade no ambiente de negócios, onde impera a competitividade. Se antes, o fenômeno tangível era prioritário, atualmente, o foco se concentra no desafio de reconhecer, mensurar, evidenciar e gerenciar o intangível”.

Diante disso, surge a necessidade de estudos que mostrem as novas perspectivas sobre o assunto, bem como demonstrem as peculiaridades que o ativo intangível apresenta. Adicionalmente, pesquisas devem ser realizado sobre as normas, devido a preocupação com a convergências das normas internacionais de contabilidade. Entre elas, é importante ressaltar os pronunciamentos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, o qual também aponta aspectos sobre o ativo intangível.

Além disso, deve-se destacar a importância do ativo intangível para os órgãos reguladores. Um exemplo disso é a ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) que divulga em seu site o “Manual de Contabilidade do Setor Elétrico”. Nele podemos verificar o que é permitido registrar na conta, bem como os fatos que fazem o ativo intangível ser debitado e creditado. No setor energético, o intangível é uma conta contábil importante, pois ali estará registrado a concessão do serviço de energia elétrica.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Nessa seção são abordados os principais referenciais teóricos relacionados ao ativo intangível, sendo a mesma subdividida em definição de ativo intangível, tipos de ativo intangível e estudos sobre ativo intangível.

2.1 DEFINIÇÃO DE ATIVO INTANGÍVEL

Para compreender melhor as características do ativo intangível, é necessário saber a sua definição. A principal norma acerca dos ativos intangíveis no Brasil é o CPC 04. Conforme essa norma, o primeiro passo para a definição do ativo intangível é que o mesmo deve ser identificável. Sobre esse primeiro critério, o pronunciamento diz (CPC 04, 2010, p.8):

“Um ativo satisfaz o critério de identificação, em termos de definição de um ativo intangível, quando:

(a) for separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade; ou

(b) resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações”.

O CPC04 esclarece também que, para classificar um elemento como ativo intangível, a entidade deve possuir controle sobre esse ativo. Isso significa que o bem em questão deve trazer benefícios econômicos futuros para a companhia. A respeito disso, o CPC 04 (2010, P. 8) faz o seguinte comentário:

“A entidade controla um ativo quando detém o poder de obter benefícios econômicos futuros gerados pelo recurso subjacente e de restringir o acesso de terceiros a esses benefícios. Normalmente, a capacidade da entidade de controlar os benefícios econômicos futuros de ativo intangível advém de direitos legais que possam ser exercidos num tribunal. A ausência de direitos legais dificulta a comprovação do controle. No entanto, a imposição legal de um direito não é uma condição imprescindível para o controle, visto que a entidade pode controlar benefícios econômicos futuros de outra forma.”

Por fim, a terceira característica necessária a um ativo intangível é que ele traga benefícios econômicos futuros para a entidade. Nesse ponto, o pronunciamento traz um exemplo para a devida caracterização do mesmo (2010, P. 9):

“Os benefícios econômicos futuros gerados por ativo intangível podem incluir a receita da venda de produtos ou serviços, redução de custos ou outros benefícios resultantes do uso do ativo pela entidade. Por exemplo, o uso da propriedade intelectual em um processo de produção pode reduzir os custos de produção futuros em vez de aumentar as receitas futuras. [...]A entidade deve avaliar a probabilidade de geração de benefícios econômicos futuros utilizando premissas razoáveis e comprováveis que representem a melhor estimativa da administração em relação ao conjunto de condições econômicas que existirão durante a vida útil do ativo.”

Quanto a evidenciação de ativos intangíveis segundo o CPC 04 (2010, P.10) somente é possível o registro do ativo intangível se:

“(a) for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade; e
(b) o custo do ativo possa ser mensurado com confiabilidade”

Ainda sobre o conceito, estudo realizado pela Ernst & Young e FIPECAFI (2013, p.22) cita:

“As companhias constantemente investem na aquisição, no desenvolvimento, na manutenção ou no aprimoramento de recursos intangíveis como conhecimento, projeto e implantação de novos processos ou sistemas, licenças, propriedade intelectual, conhecimento mercadológico, nome, reputação, imagem e marcas registradas. Os itens que se enquadram nessas categorias podem ser os mais variados, tais como: softwares, patentes, direitos autorais, direitos sobre filmes, listas de clientes, licenças de pesca, quotas de importação, franquias, relacionamentos com clientes ou fornecedores, fidelidade de clientes, participação no mercado e direitos de comercialização. No entanto, nem todos os itens descritos são identificáveis, controlados e geradores de benefícios econômicos futuros, ou seja, nem todos os itens se enquadram na definição de ativo intangível (CPC 04). O ativo intangível é um ativo não monetário identificável sem substância física cujos critérios de reconhecimento, mensuração e divulgação são definidos pelo CPC 04 (IAS 38).”

Essa citação traz uma observação importante acerca da definição de ativo intangível: pode-se verificar que existem diversos bens que são intangíveis, porém devemos estar atentos se os mesmos estão compatíveis ou não com o CPC 04. Um exemplo disso é o relacionamento com cliente. Sobre isso, o CPC 04 (2010, P.8) afirma:

“A entidade pode ter uma carteira de clientes ou participação de mercado e esperar que, em virtude dos seus esforços para criar relacionamentos e fidelizar clientes, estes continuarão a negociar com a entidade. No entanto, a ausência de direitos legais de proteção ou de outro tipo de controle sobre as relações com os clientes ou a sua fidelidade faz com que a entidade normalmente não tenha controle suficiente sobre os benefícios econômicos previstos, gerados do relacionamento com os clientes e de sua fidelidade, para considerar que tais itens (p.ex. carteira de clientes, participação de mercado, relacionamento e fidelidade dos clientes) se enquadrem na definição de ativos intangíveis. Entretanto, na ausência de direitos legais de proteção do relacionamento com clientes, a capacidade de realizar operações com esses clientes ou similares por meio de relações não contratuais (que não sejam as advindas de uma combinação de negócios) fornece evidências de que a entidade é, mesmo assim, capaz de controlar os eventuais benefícios econômicos futuros gerados pelas relações com clientes. Uma vez que tais operações também fornecem evidências que esse relacionamento com clientes é separável, ele pode ser definido como ativo intangível.

Pode-se perceber que para a correta evidenciação do ativo intangível, deve-se observar que o ativo intangível está cumprindo com todos os requisitos que o CPC04 – Ativo Intangível pede, pois em alguns casos o tratamento para o respectivo bem deve ser dado por outra norma.

2.2 TIPOS DE ATIVO INTANGÍVEL

Uma das questões relativas ao ativo intangível é quanto a sua classificação. Uma das formas propostas é por meio de 4 grupos. Conforme Edvinsson e Malone (1997) apud MELLO et al (2010, p. 5) eles seriam:

- relacionamento com o cliente – capacidade da organização em atender às necessidades dos clientes;
- conjunto de processos produtivos e de prestação de serviços;
- capacidade de renovação e desenvolvimento;
- capital humano – competências individuais dos membros da empresa.

Na mesma linha de raciocínio, há a classificação sugerida por Barbosa e Gomes (2002) apud MELLO et al (2010, p. 5) em também 4 grupos:

- conhecimento acadêmico e tácito de seus funcionários;
- processos facilitadores de transferência e aquisição de conhecimento;
- relacionamento com clientes, fornecedores, e mercado de trabalho;
- capacitação em pesquisa e desenvolvimento.

A Deliberação 665/11 da CVM, traz uma lista de ativos intangíveis o qual ela classifica da seguinte forma: Ativos intangíveis relativos ao marketing, ativos intangíveis relativos a clientes, ativos intangíveis baseados em contratos e ativo intangível baseado em tecnologia. De acordo com o estudo feito pela Ernst & Young e FIPECAFI (2013, p. 23), as principais categorias de ativos intangíveis encontradas nas demonstrações financeiras de 2012 das empresas selecionadas para o estudo foram as salientadas no Quadro 1:

Quadro 1 – Principais Categorias de Ativos Intangíveis Divulgadas em 2012

Principais categorias de ativo intangível	
Ranking em termos de valores divulgados em milhares de R\$	Categoria de intangível 2012
1	Concessões e Licenças
2	Goodwill
3	Contratos diversos

4	Softwares
5	Carteira ou relacionamento com o cliente
6	Marcas e Patentes
7	Direitos de propriedade e direitos autorais
8	Outros
9	Ativo intangível em desenvolvimento
10	Fundo de comércio
11	Relacionamento com fornecedores
12	Certificados de emissão de carbono

Fonte: Ernst & Young e FIPECAFI (2013).

Cada tipo de ativo intangível citado pelo estudo da Ernst & Young tem suas características específicas. As principais tipologias dos intangíveis serão explicadas nas próximas seções.

2.2.1 CONCESSÕES

As concessões são caracterizadas por ter um contrato no qual:

“Normalmente uma entidade do setor privado constrói ou renova uma infraestrutura a ser usada para provimento de serviços públicos e depois a opera e mantém (gerencia) por determinado período de tempo. Em geral, os contratos de concessão dessa natureza incluem operação de rodovias, aeroportos, telecomunicações, fornecimento e distribuição de energia e água e outros.” (CRUZ, SILVA E RODRIGUES, 2009, p. 59).

Adicionalmente, as concessões são reguladas pelo ICPC 01 – Contratos de Concessão. Essa interpretação é aplicada a:

- (a) à infraestrutura construída ou adquirida junto a terceiros pelo concessionário para cumprir o contrato de prestação de serviços; e
- (b) à infraestrutura já existente, que o concedente repassa durante o prazo contratual ao concessionário para efeitos do contrato de prestação de serviços. (ICPC 01 – Contratos de Concessão, 2011, P.4)

Entre os assuntos abordados pela interpretação, pode-se destacar:

- (a) tratamento dos direitos do concessionário sobre a infraestrutura; (b) reconhecimento e mensuração do valor do contrato; (c) serviços de construção ou de melhoria; (d) serviços de operação; (e) custos de empréstimos; (f) tratamento contábil subsequente de ativo financeiro e de

ativo intangível; e (g) itens fornecidos ao concessionário pelo concedente. (ICPC 01 – Contratos de Concessão, 2011, P. 4)

Adicionalmente, deve-se destacar que o ICPC 01 orienta acerca de como o concessionário deve contabilizar o valor pago pela concedente:

Se o concessionário presta serviços de construção ou de melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário deve ser registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direitos sobre: um ativo financeiro; ou (b) um ativo intangível. (ICPC01 – Contratos de Concessão, 2011, P.5)

Caso seja um ativo intangível, o ICPC 01 determina:

O concessionário deve reconhecer um ativo intangível à medida em que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público. (ICPC 01 – Contratos de Concessão, 2011, P.6)

Pode-se perceber que as concessões devem atender os requisitos que o ICPC01 – Contratos de Concessões determina, pois ele é responsável por regular as normas que esse tipo de intangível deve seguir para estar em conformidade com as normas internacional de contabilidade.

2.2.2 GOODWILL

O *goodwill* ou ágio é um dos assuntos mais discutidos na contabilidade devido a sua complexidade e subjetividade. Conforme Martins et al (2010, P.3),

“O conceito de *goodwill*, referendado pela literatura contábil, é o montante de lucros futuros esperados acima da rentabilidade normal de uma empresa, mensurado pela diferença entre o valor da empresa e o seu patrimônio líquido avaliado a valores de mercado”.

Já o CPC 15 – Combinações de Negócios defini o *Goodwill* como:

Ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é um ativo que representa benefícios econômicos futuros resultantes de outros ativos adquiridos em uma combinação de negócios, os quais não são individualmente identificados e separadamente reconhecidos. (CPC15 – Combinações de Negócios, 2011. p. 22)

Ainda sobre a amortização do *Goodwill*, o CPC 15 – Combinações de negócios cita:

Contabilização subsequente do ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*): a partir do início do primeiro período de reporte anual a partir do qual este Pronunciamento for aplicado, a entidade deve descontinuar a amortização do ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), decorrente de combinações de negócios anteriores, e deve passar a testar o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) em relação ao seu valor recuperável de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. (CPC15 – Combinações de Negócios, 2011, P.49)

Embora não exista um CPC específico para o *Goodwill*, sendo tratado principalmente no CPC 15 – Combinações de negócios, pode-se perceber que o conceito do mesmo é complexo e muitas vezes explicados erroneamente, como Martins et. al (2010) afirmam em seu artigo.

2.2.3 SOFTWARES

Software é um programa de computador, o qual através de uma série de comandos podem gerar um produto, por exemplo. Na contabilidade, os softwares estão ligados com os programas de sistemas de informações gerenciais que as empresas utilizam, como o ERP, o CRM (Gestão de Relacionamento com o Cliente), entre outros. O CPC 04 – Ativo Intangível, destaca o software:

Alguns ativos intangíveis podem estar contidos em elementos que possuem substância física, como um disco (como no caso de software), documentação jurídica (no caso de licença ou patente) ou em um filme. Para saber se um ativo que contém elementos intangíveis e tangíveis deve ser tratado como ativo imobilizado de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado ou como ativo intangível, nos termos do presente Pronunciamento, a entidade avalia qual elemento é mais significativo. Por exemplo, um software de uma máquina-ferramenta controlada por computador que não funciona sem esse software específico é parte integrante do referido equipamento, devendo ser tratado como ativo imobilizado. O mesmo se aplica ao sistema operacional de um computador. Quando o software não é parte integrante do respectivo hardware, ele deve ser tratado como ativo intangível. (CPC 04 – Ativo Intangível, 2010, P.4)

Dessa forma, pode-se compreender melhor o entendimento que deve ser feito em relação aos softwares para fazer a correta contabilização e diferenciação entre o ativo imobilizado.

2.2.4 MARCAS E PATENTES

As marcas são registradas no INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial). Conforme a Lei 9.279 no artigo 122, quando possuírem “sinais distintivos visualmente perceptíveis, não compreendidos nas proibições legais”. Elas ainda podem ser classificadas em 3 tipos: marca de produto ou serviço, marca de certificação e marca coletiva. Já a patente está vinculada ao registro de uma invenção. Conforme a Lei 9.279 no artigo 8º, “é patenteável a invenção que atenda aos requisitos de novidade, atividade inventiva e aplicação industrial”. Na contabilidade, geralmente encontramos uma única conta denominada como “Marcas e Patentes”, porém é preciso entender que marca e patente são diferentes entre si. Sobre isso, o CPC 04 – Ativo Intangível, quando trata sobre a natureza dos ativos intangíveis diz:

Uma classe de ativos intangíveis é um grupo de ativos de natureza e com utilização similar nas atividades da entidade. Entre os exemplos de classes distintas, temos:

- (a) marcas;
- (b) títulos de periódicos;
- (c) softwares;
- (d) licenças e franquias;
- (e) direitos autorais, patentes e outros direitos de propriedade industrial, de serviços e operacionais;
- (f) receitas, fórmulas, modelos, projetos e protótipos; e
- (g) ativos intangíveis em desenvolvimento.

As classes acima mencionadas devem ser separadas (agregadas) em classes menores (maiores) se isso resultar em informação mais relevante para os usuários das demonstrações contábeis. (CPC 04 – Ativo Intangível, 2010, P.30)

Percebe-se que o CPC04 – Ativo Intangível, também faz a distinção entre marca e patentes. De modo que o CPC pede para tratar os mesmos em grupos diferentes.

2.3 ESTUDOS SOBRE ATIVOS INTANGÍVEIS

Existem diversos estudos sobre o ativo intangível. Os temas abordados vão desde a produção literária sobre os intangíveis até os assuntos que são caracterizados como mais subjetivos, como é o caso do Goodwill. Além disso, nota-se que estudos sobre temas atuais, como os certificados de emissão de carbono também estão sendo discutidos.

Em um dos estudos buscou-se relacionar o grau de tecnologia de uma empresa com o ativo intangível. Sobre isso, os autores citaram que:

“Observou-se uma correspondência direta entre a relevância do Ativo Intangível em relação ao Ativo Não Circulante (exceto o Realizável a Longo Prazo) e o grau de intensidade tecnológica. Ou seja, quanto maior for o grau de inovação da empresa, maior será a relevância dos seus intangíveis em relação ao Ativo Não Circulante.” (SANTOS et al, 2012, P.20)

O estudo realizado por Kreuzberg, Rigo e Klann (2013) buscaram estabelecer uma relação entre os indicadores financeiros e o ativo intangível. Sobre esse problema de pesquisa, os autores relatam que:

“Os resultados sugerem que os indicadores de desempenho das empresas analisadas não possuem relação significativa com o grau de intangibilidade dos ativos. No entanto, encontrou-se uma relação positiva e significativa entre o endividamento e o grau de intangibilidade dos ativos das empresas, resultado este que corrobora com os achados de Fietz e Scarpin (2008) e de Kayo, Patrocínio e Martin (2009).” Kreuzberg, Rigo e Klann (2013, P.12)

Outra pesquisa realizada para verificar a relação entre indicadores econômicos e o desempenho econômico foi feita em relação as empresas situadas nos países que compõem o BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Os resultados obtidos indicaram que a presença dos intangíveis melhora o desempenho organizacional segundo Mazzioni et al. (2014, P. 144).

Percebe-se que os estudos buscam relacionar os ativos intangíveis com diversas variáveis, a fim de buscar compreender quais são os aspectos que impactam ou que são impactados pela conta do ativo intangível. Além disso, busca-se aprofundar mais os conceitos dos tipos de ativos intangíveis que existem e que as empresas vêm usando.

Adicionalmente, outros estudos com objetivo semelhante a este, também trataram de analisar a divulgação conforme o CPC 04 – Ativo Intangível. Entre eles, pode-se citar o artigo Evidenciação das informações dos ativos intangíveis: um estudo sobre o nível de aderência das companhias brasileiras do setor de bens industriais listadas na bolsa de valores do Brasil ao CPC 04. Esse estudo feito por LOPES et al (2014) chegou à conclusão que em média 6,71% das empresas não divulgaram informações sobre os ativos intangíveis em suas notas explicativas.

Já o estudo realizado por Rafael, Milani e Miranda sobre a evidenciação dos ativos intangíveis no setor elétrico para o período de 2006 a 2012, o qual foi relatado que:

Foi elaborado um check-list com 24 itens, sendo constatado que houve mudanças na evidenciação quando comparado os anos de 2006 a 2012. No ano de 2006, já havia indícios de evidenciação dos Ativos Intangíveis, em que apresentavam informações de 9 itens do check-list em suas demonstrações. No ano de 2009, torna-se expressivo o nível de evidenciação, considerando que houve um período de adaptação das empresas. Já em 2012, é possível visualizar maior aderência por parte das empresas, devido ao intervalo de tempo para adequação às recomendações do CPC 04, obtendo 17 itens atendidos. (p. 13)

Entre os estudos atuais realizados, percebe-se uma tendência das companhias estarem aderindo cada vez mais ao CPC04 – Ativo Intangível. O motivo mais relatado entre os estudos é o fato de já ter passado tempo para as companhias terem se adequadamente melhor as novas normas e terem obtido um melhor conhecimento sobre as informações que devem ser divulgadas.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nessa seção são descritos os procedimentos metodológicos aplicados na pesquisa, sendo subdividida em classificação da pesquisa, universo e amostra, e procedimento de coleta e análise dos dados.

3.1. CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa realizada neste estudo é classificada quanto aos seguintes aspectos: (a) pela forma de abordagem do problema, (b) de acordo com seus objetivos, (c) com base nos procedimentos técnicos utilizados.

A presente pesquisa é classificada como qualitativa quanto à abordagem do problema, pois “esse tipo de abordagem é usado para conhecer a natureza de um fenômeno social” (RICHARDSON, 1999 apud Beuren e Raupp (2013)). Justifica-se a referida classificação pois o estudo busca segregar os ativos intangíveis conforme os setores econômicos.

Já quanto ao objetivo, a pesquisa caracteriza-se como descritiva, visto que o principal objetivo é descrever características de determinada população ou fenômeno ou

o estabelecimento de relações entre variáveis (GIL, 1999 apud Beuren e Raupp (2013)). Ao descrever as tipologias do ativo intangível, o estudo pretende compreender os motivos que levam alguns setores terem proporções maiores de ativo intangível em relação ao ativo total.

E por fim, quanto aos procedimentos técnicos, será utilizada a pesquisa documental. Segundo Beuren e Raupp (2013, P. 90), “Na contabilidade, utiliza-se com certa frequência a pesquisa documental, sobretudo quando se deseja analisar o comportamento de determinado setor da economia, como os aspectos relacionados à situação patrimonial, econômica e financeira”. Explica-se devida classificação pelo fato do presente estudo utilizar-se das demonstrações financeiras para verificar não só a tipologia dos ativos intangíveis que as empresas possuem, como também para verificar se as empresas estão divulgando as informações conforme o CPC 04.

3.2 UNIVERSO E AMOSTRA

O universo dessa pesquisa são as empresas listadas na BM&FBovespa. A partir disso, as empresas foram classificadas pelos setores em que atuam, o que fez com que fosse possível verificar quais são os setores que possuem maior índice de ativo intangível em relação ao ativo total.

A partir do cálculo feito, foram selecionadas 21 empresas, através da representatividade do ativo intangível em relação ao ativo total, tanto para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

A coleta dos dados foi feita com base nas demonstrações financeiras entregues pelas companhias abertas à CVM e disponíveis na base de dados. A principal fonte de dados a ser consultada são as notas explicativas elaboradas pelas empresas. Adicionalmente, será usado possíveis relatórios e informações que as companhias divulguem acerca de suas atividades.

Com base na coleta dos dados, será aplicado um *check-list*, o qual tem como objetivo identificar os tipos de intangíveis divulgados pelas Cias. O mesmo terá como base as informações de divulgação obrigatória segundo o CPC 04 – Ativo Intangível, salientadas no Quadro 2:

Quadro 2 - Check-list de Divulgação

Informações Obrigatórias Segundo o CPC 04	
I	Vida útil e taxas de amortização utilizada;
II	Método de amortização utilizado;
III	Valor contábil bruto e qualquer amortização acumulada no início e final do período;
IV	Linha da demonstração do resultado na qual qualquer amortização de Ativos Intangíveis é incluída;
V	Conciliação do valor contábil no início e no final do período de divulgação, conforme critérios do CPC 04;
VI	Descrição, valor contábil e período de amortização remanescente de qualquer Ativo Intangível individual que seja relevante para as Demonstrações Contábeis da entidade;
VII	Existência e valores contábeis dos Ativos Intangíveis para os quais a entidade tenha titularidade restrita ou que tenham sido dados como garantia para passivos;
VIII	Os valores de acordos contratuais para aquisição de Ativos Intangíveis;
IX	Para os Ativos Intangíveis adquiridos por meio de subvenção governamental e inicialmente reconhecidos pelo valor justo: o valor justo reconhecido inicialmente para esses ativos, e seus valores contábeis;

Fonte: Elaborado pelo autor com base em CPC 04 (2010).

Através do resultado do *check-list*, os dados serão agrupados, a fim de que eles possam responder a questão problema do presente estudo. Adicionalmente, será analisado as características descritivas amostra, a temática de divulgação e as características dos intangíveis por setor.

4. RESULTADOS

Os resultados da pesquisa são apresentados em: representatividade da amostra, análise dos valores encontrados na demonstração consolidada e individual, análise da tipologia do ativo intangível, análise da tipologia do ativo intangível em relação ao setor, e análise da divulgação das informações conforme o CPC 04.

4.1. REPRESENTATIVIDADE DA AMOSTRA

Através do agrupamento das empresas em seus respectivos setores conforme o Quadro 3, pode-se analisar a representatividade do ativo intangível em relação ao ativo total, tanto para as demonstrações individuais como consolidadas. Dessa forma, seria possível identificar os setores que apresentam um ativo intangível representativo, como demonstra o Quadro 3.

Para esses segmentos, foi identificado quais empresas possuíam maior representatividade do seu ativo intangível em relação ao ativo total. Adicionalmente, levou-se em questão em qual demonstração, individual ou consolidada, a empresa possuía maior representatividade para maiores análises, como demonstra o quadro 4.

Quadro 3: Setores x Informações Contábeis

Valores em milhares de reais

SETOR	Total Ativo Intangível Consolidado	Ativo Total Consolidado	Total Ativo Intangível – Individual	Ativo Total – Individual
Agro e Pesca	1.045.279	15.029.568	35.391	10.460.699
Alimentos e Bebidas	111.287.809	426.567.997	26.772.175	300.341.535
Comércio	28.733.101	162.361.621	13.826.258	118.890.005
Construção	1.739.235	171.323.110	432.824	114.560.550
Eletroeletrônicos	422.553	18.428.851	250.130	17.413.176
Energia Elétrica	87.462.177	556.785.024	36.234.718	358.453.179
Finanças e Seguros	78.311.510	4.700.038.792	20.687.083	3.726.329.636
Fundos	-	28.445	-	28.445
Máquinas Indústria	752.525	16.843.327	26.187	9.881.530
Mineração	20.182.783	387.685.962	17.460.110	343.915.563
Minerais não Metais	48.825	6.316.452	23.462	6.068.970
Outros	76.025.609	482.008.830	60.495.493	337.951.166
Papel e Celulose	5.103.945	108.994.109	4.714.497	108.168.033
Petróleo e Gás	43.268.393	787.360.620	38.816.826	655.843.143
Química	5.589.243	113.372.513	2.884.278	88.720.734
Siderurgia e Metalurgia	29.970.108	272.284.146	605.115	194.402.256
Software e Dados	3.068.969	43.608.425	593.429	41.512.304
Telecomunicações	45.565.182	560.922.668	19.681.199	357.315.664
Têxtil	1.742.366	40.932.478	493.462	27.888.229
Transporte Serviços	29.890.132	128.933.330	3.728.005	62.523.234
Veículos e peças	6.183.466	74.251.497	3.125.817	49.085.436
Total Geral	576.393.210	9.074.077.765	250.886.459	6.929.753.487

Fonte: Elaborado pelo autor

Quadro 4: Empresas selecionadas e critério de seleção das mesmas

Nome	Setor	CONSOLIDADO			INDIVIDUAL			Critério
		Ativo Intangível	Ativo Total	Indicador	Ativo Intangível	Ativo Total	Indicador	
1 Imc Holdings	Comércio	1.022.658	1.637.624	62%	78	933.347	0%	Consolidado
2 Dufry Ag	Comércio	7.213.656	11.183.098	65%	7.213.656	11.183.098	65%	Individual
3 Eletropaulo	Energia Elétrica	5.722.928	10.694.051	54%	5.722.928	10.694.051	54%	Individual
4 AES Elpa	Energia Elétrica	6.376.338	11.381.965	56%	653.410	1.579.931	41%	Consolidado
5 Afluente	Energia Elétrica	34.671	48.299	72%	34.671	48.299	72%	Individual
6 BR Insurance	Finanças e Seguros	556.162	849.952	65%	2.470	779.517	0%	Consolidado
7 BmfBovespa	Finanças e Seguros	16.672.325	25.896.659	64%	16.672.325	25.521.190	65%	Individual
8 Cetip	Finanças e Seguros	2.049.218	2.682.648	76%	2.005.980	2.681.139	75%	Individual
9 Lopes Brasil	Outros (*)	647.601	1.170.737	55%	50.350	928.992	5%	Consolidado
10 Kroton	Outros (*)	2.606.353	4.079.162	64%	59.450	2.653.944	2%	Consolidado
11 Abril Educa	Outros (*)	2.150.177	3.233.106	67%	-	1.629.667	0%	Consolidado
12 Qualicorp	Outros (*)	2.459.744	3.242.027	76%	-	2.010.837	0%	Consolidado
13 Comgas	Petróleo e Gás	4.132.663	6.919.259	60%	4.132.663	6.919.259	60%	Individual
14 Hrt Petroleo	Petróleo e Gás	988.315	1.805.279	55%	93	1.539.017	0%	Consolidado
15 Ceg	Petróleo e Gás	1.394.868	2.146.314	65%	1.394.868	2.146.314	65%	Individual
16 Casan	Saneamento	1.504.284	2.328.908	65%	1.504.284	2.328.908	65%	Individual
17 Copasa	Saneamento	6.900.755	9.388.470	74%	6.900.753	9.456.301	73%	Individual
18 Sabesp	Saneamento	23.846.231	28.274.294	84%	23.846.231	28.274.294	84%	Individual
19 Fer C Atlant	Transporte Serviços	2.324.205	4.052.187	57%	2.324.205	4.055.177	57%	Individual
20 Ecorodovias	Transporte Serviços	3.811.352	6.500.768	59%	94	2.389.158	0%	Consolidado
21 Arteris	Transporte Serviços	5.903.469	7.369.011	80%	659	3.064.518	0%	Consolidado

(*) O setor “Outros” foi utilizado para representar os setores que só possuíam uma empresa na amostra.

Fonte: Elaborado pelo Autor

As empresas do Quadro 4 foram utilizadas para as demais análises realizadas no presente estudo. No critério de demonstração consolidada, as empresas Arteris e CETIP foram as duas empresas que mais possuíam ativo intangível em relação ao seu ativo total. Enquanto que no critério individual, SABESP, CETIP e COPASA possuíam maior relação entre as duas contas.

Da mesma forma, pode-se perceber que na demonstração individual, as empresas Qualicorp e Abril Educação não possuíam ativo intangível. O intangível das duas empresas se tornou relevante na demonstração consolidada, o qual o percentual de participação em relação ao ativo total foi de, respectivamente, 76% e 67%.

Outro dado em relação as demonstrações individuais e consolidadas, foi que as empresas SABESP, Afluente, CEG, CASAN, DUFY AG, COMGAS e Eletropaulo apresentaram o mesmo percentual para as duas demonstrações. Ao observa-se os valores do ativo intangível e ativo total, percebe-se que eles não se alteram. O que pode sugerir que as respectivas empresas não possuem investimentos em outras empresas.

4.2 ANÁLISES DOS VALORES ENCONTRADOS NA DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA E INDIVIDUAL

A demonstração individual é a representação da posição financeira de uma única entidade. Adicionalmente, pode ocorrer a divulgação de uma demonstração financeira consolidada. Esse caso ocorre quando uma empresa possui controle em uma ou mais entidades. Ocorrendo assim, a divulgação das demonstrações consolidadas. Conforme o CPC 36 – Demonstrações Consolidadas (2012, P.7):

“Demonstrações consolidadas são as demonstrações contábeis de grupo econômico, em que os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas e fluxos de caixa da controladora e de suas controladas são apresentados como se fossem uma única entidade econômica.”

Diante disso, em relação a divulgação dos ativos intangíveis, pode-se perceber uma tendência de na demonstração consolidada, o ágio ser mais relevante que na demonstração individual. Enquanto que na demonstração individual as concessões serem mais encontradas conforme o Quadro 5.

Quadro 5 – Tipologia dos Ativo Intangíveis em relação a demonstração financeira

	Total
Consolidado	10
Ágio	5
Concessão	4
Identificados em combinações de negócios	1
Individual	11
Ágio	2
Concessão	9
Total Geral	21

Fonte: Elaborado pelo autor

Uma das justificativas para essa tendência, seria que nas demonstrações individuais a participação em outras empresas encontra-se classificada em “Investimentos”. Quando as companhias fazem a demonstração consolidada, elas devem fazer as eliminações entres os balanços das companhias, de forma que os saldos não fiquem duplicados na demonstração consolidada. Dessa forma, na elaboração da demonstração consolidada, é comum que o valor que está nos “investimentos” passa para o “ativo intangível”, normalmente sob a forma do ágio.

4.3. ANÁLISE DA TIPOLOGIA DO ATIVO INTANGÍVEL

Pode-se perceber que os setores de energia elétrica, “finanças e seguros”, “petróleo e gás”, saneamento e “transporte e serviços” tiveram 3 empresas na amostra para cada setor.

Ainda referente a análise da divulgação dos ativos intangíveis, buscou-se avaliar a tipologia dos ativos intangíveis que tinham maior representatividade dentro do ativo total da empresa. Sobre isso, pode-se concluir que os ativo intangíveis mais encontrados, estão em conformidade com o estudo realizado pela Ernst & Young e FIPECAFI (2013). O Quadro 6 apresenta a tipologia dos ativos intangíveis mais encontrados na pesquisa:

Quadro 6 - Tipologia dos ativos intangíveis

Tipos de Ativo Intangível	Total
Ágio	7
Concessão	13
Identificados em combinações de negócios	1
Total Geral	21

Fonte: Elaborado pelo autor

Conforme salientado no Quadro 6, as concessões são o ativo intangível mais encontrado entre as empresas utilizadas no estudo. Em segundo lugar, encontra-se o ágio, e por fim os ativos intangíveis identificados em combinações de negócios.

4.4 ANÁLISE DA TIPOLOGIA DO ATIVO INTANGÍVEL EM RELAÇÃO AO SETOR

Complementando a análise anterior, foram relacionados os ativos intangíveis com o setor que as empresas estão incluídas, destacando-se a informação no Quadro 7:

Quadro 7 - Setores x Tipologia do Intangível

	Total
Comércio	2
Ágio	1
Concessão	1
Energia Elétrica	3
Concessão	3
Finanças e Seguros	3
Ágio	3
Outros	4
Ágio	3
Identificados em combinações de negócios	1
Petróleo e Gás	3
Concessão	3
Saneamento	3
Concessão	3
Transporte Serviços	3
Concessão	3
Total Geral	21

Fonte: Elaborado pelo autor

Observa-se no Quadro 7 que para alguns setores, como finanças energia elétrica, pode-se perceber que existem um único ativo intangíveis. Isso poderia sugerir que há uma tendência de que alguns setores tenham o predomínio de alguns tipos de intangíveis, que não são comuns para outros setores.

4.5 ANÁLISE DA DIVULGAÇÃO CONFORME O CPC04

Através do check list elaborado, foi analisado, através das demonstrações financeiras, principalmente nas notas explicativas, as informações a respeito de cada empresa.

Quadro 8 – Divulgação das informações do Ativo Intangível

		Informação								
	Nome	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX
1	Imc Holdings	✓	✓	✓	✓	✓	✓	NA	NA	NA
2	Dufry Ag	✓	✓	✓	✓	✓	NA	NA	✓	NA
3	Eletropaulo	✓	✓	✓	✓	✓	✓	NA	✓	NA
4	AES Elpa	✓	✓	✓	✓	✓	✓	NA	✓	NA
5	Afluente	✓	✓	✓	✓	✓	✓	NA	✓	NA
6	BR Insurance	✓	✓	✓	✓	✓	✓	NA	NA	NA
7	BmfBovespa	✓	✓	✓	✓	✓	✓	NA	NA	NA
8	Cetip	✓	✓	✓	✓	✓	✓	NA	NA	NA
9	Lopes Brasil	✓	✓	✓	✓	✓	✓	NA	NA	NA
10	Kroton	✓	✓	✓	✓	✓	✓	NA	NA	NA
11	Abril Educa	✓	✓	✓	✓	✓	✓	NA	NA	NA
12	Qualicorp	✓	✓	✓	✓	✓	✓	NA	NA	NA
13	Comgas	✓	✓	✓	✓	✓	NA	NA	✓	NA
14	Hrt Petroleo	✓	✓	✓	✓	✓	✓	NA	✓	NA
15	Ceg	✓	✓	✓	✓	✓	NA	NA	✓	NA
16	Casan	✓	✓	✓	✓	✓	NA	NA	✓	NA
17	Copasa	✓	✓	✓	✓	✓	✓	NA	✓	NA
18	Sabesp	✓	✓	✓	✓	✓	NA	NA	✓	NA
19	Fer C Atlant	✓	✓	✓	✓	✓	✓	NA	✓	NA
20	Ecorodovias	✓	✓	✓	✓	✓	✓	NA	✓	NA
21	Arteris	✓	✓	✓	✓	✓	✓	NA	✓	NA

Fonte: Elaborado pelo autor.

Pode-se perceber que, em alguns casos as companhias não deixam claro a evidenciação de alguns pontos que o CPC04 solicita, apesar disso, para a maioria dos itens, as empresas fizeram a divulgação conforme o CPC04 – Ativo Intangível. Adicionalmente, pode-se perceber que para os itens VII e IX, para a maioria das empresas selecionadas, esse item não é aplicável.

Para melhor compreender os aspectos específicos da divulgação, exemplifica-se com as informações divulgadas pela empresa Afluente G.

A Afluente G é uma geradora de energia elétrica, composta por duas Usinas Hidrelétricas (UHEs) denominadas de UHE Presidente Goulart e UHE Alto Fêmeas ambas localizadas no estado da Bahia. A companhia possui um contrato de concessão cujo o objeto é regular a exploração dos potenciais de energia hidráulica das Usinas Hidráulicas. Conforme divulgado no site da companhia, “A UHE Presidente Goulart produz 66 mil MWh/ano, enquanto a UHE Alto Fêmeas gera 78 mil MWh/ano. Para a distribuição, mantemos contrato de compra e venda de energia com a Coelba até 2027 para o fornecimento anual de 148.920 MWh.”.

Ao examinar as demonstrações financeiras da geradora, pode-se constatar que a mesma registrou o seu ativo intangível pelo custo de aquisição. Adicionalmente, a companhia relata que a amortização é realizada pelo método não linear, visto que cada bem que compõem o intangível é amortizado individualmente. Essa amortização é realizada pela vida útil do bem, limitando-se ao prazo de concessão. Nos casos em que se tenha valor residual do bem após o término do contrato de concessão, o valor estará registrado no ativo financeiro da companhia. A companhia divulgou uma taxa anual média ponderada da amortização no percentual de 3%.

Entre a divulgação realizada nas notas explicativas, a companhia demonstrou a conciliação dos saldos do ativo intangível, como é demonstrado:

	31/12/2013			31/12/2012	
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Direito do uso de concessão	3%	85.203	(50.532)	34.671	27.776
Em curso					
Direito de uso de concessão	-	-	-	-	5.244
TOTAL		85.203	(50.532)	34.671	33.020

Fonte: Demonstração financeira 31/12/13 – Divulgado pela Companhia

Após a conciliação dos saldos dos ativos intangíveis, a companhia traz a movimentação dos saldos:

	Em Serviço			Em Curso		Total
	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo	Valor Líquido	
Saldo em 01 de janeiro de 2012	73.969	(46.168)	27.801	6.029	6.029	33.830
Adições	-	-	-	880	880	880
Amortizações	-	(2.002)	(2.002)	-	-	(2.002)
Transferências - Intangíveis	1.665	-	1.665	(1.665)	(1.665)	-
Transferências - Ativos Financeiros	312	-	312	-	-	312
Saldos em 31 de dezembro de 2012	75.946	48.170	27.776	5.244	5.244	33.020
Adições	-	-	-	6.641	6.641	6.641
Baixas	(52)	-	(52)	-	-	(52)
Amortizações	-	(2.362)	(2.362)	-	-	(2.362)
Transferências - Intangíveis	11.885	-	11.885	(11.885)	(11.885)	-
Transferências - Ativos Financeiros	(2.576)	-	(2.576)	-	-	(2.576)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	85.203	(50.532)	34.671	-	-	34.671

Fonte: Divulgado pela Companhia

Ao analisar a demonstração do resultado da companhia, pode-se verificar que a empresa incluiu a linha de amortizações, embora, o saldo de amortização seja incluído na demonstração do valor adicionado e na demonstração do fluxo de caixa.

5. CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a divulgação das informações do ativo intangível conforme o CPC04 – Ativo Intangível. Para tanto, foram consultadas certas as Notas Explicativas de 21 empresas, referentes ao exercício 2013, especificamente na nota de número 08, que trata dos Ativos Intangíveis.

O CPC04 orienta e obriga as empresas a fazerem a divulgação de informações a respeito do ativo intangível. Isso se torna importante, quando analisamos empresas,

como as da amostra, que possuem mais de 50% do seu ativo total o ativo intangível. Esse aspecto faz com que seja necessário que os dados divulgados estejam em conformidade com o CPC04, em função de ser importantes para a tomada de decisões e possíveis análises que os usuários das demonstrações financeiras possam fazer.

Adicionalmente, percebe-se a importância de haver uma norma que regulariza a divulgação a respeito de um bem intangível. Em algumas empresas, os contratos de concessão é o que leva a empresa a ter sua atividade fim. Nesses casos, se torna ainda mais importante que os dados estejam alinhados com o que é obrigado ser evidenciado.

Além do mais, os setores que temos grandes representatividades de ativo intangível são de grande importância para a sociedade, como para a economia. Os setores elétricos, setor de saneamento e setor de transporte são utilizados por todos os brasileiros. Isso corrobora com a necessidade de que as demonstrações financeiras mostrem adequadamente a real situação das mesmas. No que se trata ao ativo intangível, é importante que ele reflita exatamente a situação dessas empresas, que para a amostra utilizada, utilizavam os contratos de concessão.

Para a realização de pesquisas futuras, sugere-se os temas relacionados ao ágio e contratos de concessões, principais tipos de ativo intangíveis encontrados no presente estudo. Em relação a eles, sugere-se temas relacionados a evidenciação, amortização, e principais pontos específicos desses ativos intangíveis.

REFERÊNCIAS

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas: 2013.

_____. Lei n°. 9.279 de 14 de maio de 1996. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19279.htm>

COMITE DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. **CPC 04 (R1): Ativo Intangível**. Brasília. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=35>>

COMITE DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. **CPC 15 (R1): Combinação de Negócios**. Brasília. Disponível em:

<<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=46>>

COMITE DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. **CPC 36 (R3): Demonstração Consolidada**. Brasília. Disponível em:

<<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=67>>

COMITE DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. **ICPC 01 (R1): Contratos de Concessão**. Brasília. Disponível em:

<<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Interpretacoes/Interpretacao?Id=10>>

CRUZ, Cláudia Ferreira da; SILVA Angelino Fernandes; RODRIGUES, Adriano. **Uma discussão sobre os efeitos contábeis da adoção da interpretação do IFRIC 12 – Contratos de Concessão**. IN Revista Contabilidade Vista & Revista, v.20, 2009, Minas Gerais.

_____. Deliberação 655/11. São Paulo: CVM, de 21 de janeiro de 2011.

ERNST & YOUNG; FIPECFI. **Análise sobre o IFRS no Brasil**. Edição 2013.

KREUZBERG, Fernanda; RIGO, Vitor Paulo; KLANN, Roberto Carlos. **Relação entre os indicadores de desempenho financeiro e a intangibilidade dos ativos: um estudo das empresas listadas na BM&FBOVESPA**. 2013,

LOPES, Leadro; ALVES, Natália; FILHO, Lucivaldo; MONTEIRO, José; LAGIOIA, Umbelina; CORDEIRO, Paulo. **Evidenciação das informações dos ativos intangíveis: Um estudo sobre o nível de aderência das companhias brasileiras do setor de bens**

industriais listadas na bolsa de valores do Brasil ao CPC 04. In Qualit@s Revista Eletrônica, v.15, 2014.

MARTINS, Eliseu; ALMEIDA, Diana Lúcia de; MARTINS, Eric Aversari; COSTA, Patrícia Souza de. **Goodwill: uma análise dos conceitos utilizados em trabalhos científicos.** IN Revista Contabilidade & Finanças, USP, São Paulo, v. 21, janeiro/abril 2010

MAZZIONI, Sady; RIGO, Vitor Paulo; KLANN, Roberto Carlos; JUNIOR, Julio Cesar Araujo da Silva. **A relação entre a intangibilidade e o desempenho econômico: estudo com empresas de capital aberto do Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS).** IN Advances in Scientific and Applied Accounting. São Paulo, v.7, 2014

MELLO, Luiz Brasil de Brito et al. **Contribuição para a gestão dos ativos intangíveis organizacionais: proposição de um modelo baseado no balanced scorecard.** In: VI Congresso de Excelência em Gestão, 11, 2010, Rio de Janeiro.

NASCIMENTO, Eduardo Mendes; MARQUES Vagner Antonio; OLIVEIRA, Marleide Cerqueira de; CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves da. **Ativos intangíveis: análise do impacto do grau de intangibilidade nos indicadores de desempenho empresaria.** IN XXX Encontro Nacional de Engenharia de Produção (ENEGEP), v. 31, Paraná.

RAFAEL, Ana; MILANI, Bruna; MIRANDA, Dyrlyne. **Evidenciação dos Ativos Intangíveis pelas Empresas do Setor de Energia Elétrica: uma análise comparativa com empresas listadas na BM&FBovespa entre 2006 e 2012.** IN 5º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças & Iniciação Científica em Contabilidade; 2014.

SANTOS, Amanda Venâncio Ferreira dos; XIMENES, Cíntia Gonçalves; GOLLON, Alessandra Vasconcelos; LUCA, Márcia Martins Mendes De. **Evidenciação de Ativos Intangíveis nas Empresas Industriais mais Inovadoras Segundo Classificação do Índice Brasil de Inovação (IBI).** IN Revista ADM.MADE, Rio de Janeiro, ano 12, v.16, janeiro/abril, 2012.

SILVA, Andrea Bispo da; DUQUE, Andréa Paula Osório; ALVES, Francisco José dos Santos. **Ativos intangíveis, resultados visíveis: produção científica em base de dados de acesso aberto.** IN Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (online), Rio de Janeiro, v. 17, 2012.